

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 30 de maio de 2023 - Ata n.º 46.

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Ney Leprevost** (na função de 1.º Secretário) e **Márcia Huçulak** (na função de 2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **46.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos os nossos trabalhos referentes à Audiência Pública do dia de hoje. Solicito à Deputada Márcia Huçulak que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Márcia Huçulak – PSD): Pois não, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. (Procedeu à leitura da Ata da 45.ª Sessão Ordinária, de 29 de maio de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Não há Expediente a ser lido. Vamos já ao início da nossa Sessão. Em cumprimento à Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de

Responsabilidade Fiscal, art. 9.º, § 4.º, **declaro aberta a Audiência Pública de Prestação de Contas do Primeiro Quadrimestre de 2023 da Secretaria da Fazenda.** Passo a palavra ao Secretário de Estado, Ex.^{mo} Sr. Renê Garcia Júnior, pelo tempo de 30 minutos sem poder ser aparteado. Neste momento, registro a presença na Casa, além do Secretário, da Sr.^a Márcia Cristina Rebonato do Valle, Diretora-Geral; Gisele de Carvalho Carloto Rodrigues, Diretora de Contabilidade Geral do Estado; Priscilla Aguiar Mânica, Chefe de Gabinete; Sr. Roberto Tizon, Diretor da Receita Estadual; Marcos Buarque Montenegro, Diretor do Tesouro Estadual; Tomaz Lucas Santos Leal, Assessor Econômico do Gabinete do Secretário; Luísa Regina Mazer, Assessora Técnica do Gabinete do Secretário; Luiz Geraldo Mazza Neto, Assessor de Imprensa; Sr. João Paulo Pimentel, Assessoria de Imprensa; Pedro Lobato, Diretor Adjunto de Orçamento Estadual; Sr.^a Ana Beatriz Prado, Secretária da Comissão de Orçamento da Alep; e Deputado Marcio Pacheco, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, que faz parte da Mesa. (Manifestações nas galerias.) Sejam todos bem-vindos à nossa Casa. Solicito aos Sr.^s Deputados que queiram participar na sequência com perguntas ao Secretário, que façam a inscrição aqui na Mesa. O Deputado terá cinco minutos para formular o aparte; o Secretário terá cinco minutos para responder e fazer as suas considerações; e a réplica e a tréplica têm prazo de três minutos improrrogáveis. Concedo neste momento a palavra ao Secretário por 30 minutos, prorrogáveis por mais 15 se necessário for.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Bem, queria inicialmente agradecer ao Presidente Ademar Traiano pela condução dos trabalhos. Queria agradecer a presença do meu amigo Arilson Chiorato, meu amigo Ney Leprevost, meu querido amigo, que tanto está presente nos momentos bons e nos momentos ruins. Queria agradecer ao Deputado Requião Filho pela consideração que teve comigo na última Audiência, passei por uma experiência muito ruim, uma dor de cabeça muito forte, como tinha falado para o senhor quando estava chegando aqui, foi um pico de pressão alta que me fez entrar em pânico, pensei que fosse um AVC. Então, passei momentos muito difíceis mesmo, mas, graças a Deus, superei. Esta apresentação vai se dar por alguns módulos. O primeiro módulo vai ocorrer com

relação à economia mundial, o que está acontecendo nos países mais avançados do mundo com relação ao PIB e com relação à inflação. Depois, vamos fazer algumas considerações sobre as perspectivas do comércio internacional e o impacto sobre a economia brasileira, que está em um momento de uma diminuição na faixa de crescimento, fruto de várias medidas que foram tomadas no final do ano passado, que impactaram fortemente sobre o resultado da economia neste primeiro quadrimestre. E depois vamos apresentar os números gerais do orçamento do Paraná, do Estado do Paraná, Deputado Marcel Micheletto, e com isso ter algumas previsões com relação ao comportamento do orçamento do Estado. Esta apresentação vai ser dar, como falei, em quatro módulos. Primeiro, começando sobre a questão do ambiente internacional. A taxa de inflação da economia global está sofrendo uma queda depois de ter chegado a patamares comparáveis com a década de 80, que foram bastante expressivos; a economia americana teve uma taxa de inflação de 10,5%, a economia da Inglaterra teve o mesmo procedimento e isso foi decorrente principalmente das questões de política fiscal expansionista levadas por conta do processo de pandemia, que redundaram em uma inflação forte, principalmente puxada pelo setor de energia, com a alta do preço do petróleo e em decorrência do preço das *commodities*. O preço do petróleo já sofreu uma forte redução, cerca de 25%, e o setor de alimentos na faixa de 20%, o que acabou contribuindo de alguma forma para que a taxa de inflação desses países sofra uma pequena redução, ainda que tímida, o que obrigou que esses países tivessem, por parte dos seus bancos centrais, políticas monetárias fortemente restritivas, com uma taxa de juros se aproximando de alguma positiva, depois de um longo período de taxa negativa. Neste gráfico temos a questão das políticas monetárias fiscal e o uso das mesmas com o percentual em nível de expansão. Como podemos perceber, no ano de 2022 a política monetária fortemente contracionista, enquanto em 2020, por conta da pandemia, a política fiscal era expansionista, o que acabou de alguma forma contribuindo para que as taxas de inflação nesses países chegassem a esse patamar. A inflação para um grupo de países, como podemos apresentar, está tendo uma forte redução. O PIB para os países também, o crescimento nas

economias - na Europa, principalmente, vai ser muito próximo de 1%. A economia ainda está sendo puxada, a economia global, pela taxa de crescimento da China, que tem apresentado alguma melhora em função principalmente da saída do mecanismo de Covid, tolerância zero com o Covid e uma taxa de crescimento de 0,4% do PIB trimestral em junho de 2022, para alguma perspectiva de uma taxa de crescimento de 4,5% para 2023. A taxa de inflação no Brasil apresentou uma redução por conta primeiro dessa inflação importada dos combustíveis e das decisões tomadas pelo Congresso Nacional, como a Lei Complementar n.º 192 e a n.º 194, que reduziram de forma substantiva a percepção da taxa de inflação, não necessariamente da inflação. Foi uma contribuição de alguma coisa como 2,4%, 2,5%, que teve um impacto, como vamos ver, forte, forte, forte, forte na questão das finanças públicas estaduais. Então, o que ocorreu é que a taxa de redução da taxa de inflação foi praticamente obtida da força da taxa de variação dos preços de combustível e energia elétrica, principalmente combustível e energia elétrica. O índice de preço do consumidor na economia brasileira está na faixa de 4,8%, com uma previsão de 4,2%, em uma previsão de terminar o ano na faixa de 5,8%. O IPCA, fortemente influenciado pela questão dos preços monitorados no ano passado, este ano apresenta uma redução por conta da redução da energia elétrica e do combustível. Um item fortemente expansionista da inflação encontra-se na questão do crescimento da inflação de serviços, que não pode ser reduzida pela questão do comércio internacional e nem pela formação de preços do setor de energia, nem de combustível, e acabou tendo uma resiliência com o processo inflacionário brasileiro, que poderia de alguma forma ter sido mais baixo. Os preços industriais, por conta dessa desinflação do mercado internacional, estão reduzindo. A alimentação fora de domicílio sofreu uma redução extremamente expressiva, contribuindo para que no final a taxa de inflação pudesse ter de alguma forma uma trajetória mais baixa. Devemos salientar que em função da taxa de inflação do período anterior ter ultrapassado em vários pontos percentuais a média de inflação, isso obrigou o Banco Central a ter uma política monetária contracionista, elevando a taxa de juros para 13,75%, com uma taxa de juros real que chegou a 6,2%, 6,4%, o que coloca no Brasil uma

taxa de juros mais alta do mundo. E isso acaba, como sabemos todos, impactando fortemente sobre a formação das expectativas e sobre a projeção do PIB, na medida em que a economia se retrai, contrai-se e força com que os níveis de negócios diminuam. A perspectiva da economia brasileira para o ano em curso é de uma manutenção dessa taxa de juros, o que possivelmente só pode ocorrer uma redução a partir do final deste ano e início do ano que vem, por conta da aprovação principalmente do arcabouço fiscal, que pode permitir que haja uma redução na formação de expectativas, com isso consolidar a taxa de inflação em níveis mais baixos e permitir com que o Banco Central faça uma redução gradativa da taxa de juros, principalmente no que diz respeito à formação da taxa de 2024/2025. Como sabemos, na medida em que a taxa de juros sobe, o comprometimento da renda das famílias aumenta na medida em que os empréstimos são concedidos, como podemos ver na evolução das vendas do mercado varejista. A taxa média de juros nas operações tem fixado. Isso aqui é taxa de juros, viu, Ney, é *para inglês ver*. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, peço silêncio.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Não é a taxa de juros que as pessoas normalmente observam nos seus cartões de crédito, no seu crédito rotativo. Esta aqui é uma taxa de juros média, ponderada das operações de crédito. Então, a taxa de juros real percebida pelas famílias está na faixa de 6,5% ao mês. Não é essa a percepção corrente da inflação, é corrente obtida nos empréstimos pessoais. Um item importante que devemos salientar é que contribuir de forma muito positiva para a reversão da taxa de crescimento do PIB brasileiro, que poderia ter sido muito mais baixo, foi à expectativa de uma supersafra para o Brasil, principalmente no mercado de soja, de milho e de grãos. E o Paraná, como todos sabemos, destaca-se na questão da produção de cereais, e isso acabou impactando, como vamos ver na frente, sobre o nível de emprego da economia paranaense, que acabou de alguma forma sendo beneficiado, principalmente na parte de serviços, em que houve um crescimento no nível de empregabilidade do setor. A taxa de crescimento do desemprego como um todo tem subido no Brasil

nos últimos meses, em função de um efeito sazonal, principalmente da diminuição do nível de vendas no mercado varejista, por conta do efeito sazonal do final do ano. A atividade econômica no Paraná, como podemos perceber neste gráfico, destaca-se por uma taxa de crescimento superior à média brasileira, em função da reação positiva da produção do agronegócio. O mercado de trabalho, especialmente a taxa de desemprego no mercado paranaense também tem feito uma redução, porque a inflação está mais baixa e a massa salarial também subiu em termos positivos. A perspectiva econômica para o ano é uma taxa de crescimento na faixa de 1% para a taxa de crescimento média brasileira e a do Paraná um pouquinho mais alta. Com relação a 2025, a taxa de crescimento da economia brasileira pode se dar na faixa também de 1,5%, 1,8% e a do Paraná deve seguir a mesma trajetória. Temos um problema estrutural na economia brasileira, que é a incapacidade do Governo Brasileiro de adequar o seu nível de gastos, com isso há um comprometimento principalmente... (Manifestações nas galerias.) Não tenho o poder de baixar os juros. Ele é uma prerrogativa do Banco Central. Meu caro Hussein, como o senhor vai? Tudo bem? Prazer. Prazer revê-lo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vocês são muito bem-vindos aqui, agora já vou fazer uma recomendação: Se houver algo que possa atrapalhar a condução da Sessão, encerro a Sessão. Então peço, por favor, com todo o respeito, que vocês ouçam. No final, os Deputados estão aqui prontos para questionamentos e indagações. Só peço o devido respeito a quem está falando.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Não necessariamente é um problema de dicção, é um problema de sotaque. Como tenho um sotaque forte carioca, então a percepção é auditiva, às vezes é meio diferente. É um problema de excesso de “s”, é um problema de portugueses de Portugal, que tem muitos “s”. Partindo direto para a questão dos estados brasileiros, temos um problema seríssimo na medida em que, meu caro Ney, você que conhece tão bem esta questão, por conta da Lei Complementar n.º 192 e da n.º 194, temos um impacto real sobre a receita bruta dos estados que, de um superávit que representa 1,1% do PIB ao longo do ano de 2022, caímos em alguns meses para um superávit de 0,2%. Para o senhor ter

uma ideia, Deputado, de um resultado positivo de R\$ 120 bilhões dos estados no primeiro trimestre de 2022, tivemos uma perda líquida no último quadrimestre de R\$ 82,7 bilhões. E quando projetamos esse impacto para o ano de 2024/2025, temos uma preocupação muito grande, que os estados brasileiros podem entrar com um déficit de R\$ 46 bilhões a R\$ 52 bilhões no próximo ano de 2025. Então, temos uma preocupação, um alerta, que esse alerta se dá na medida em que podemos ter um comprometimento no nível de crescimento da economia brasileira, a partir de um eventual colapso dos estados. No resultado do Estado do Paraná... Agora vou entrar no item que interessa aos senhores, que é o que importa nesta Sessão. Costumo fazer essa apresentação da economia brasileira e da economia mundial para tecer uma análise de que não estamos sozinhos no mundo. O Brasil impacta diretamente sobre o processo de crescimento econômico do estado, sobre a formação de expectativas e sobre o nível de emprego. Então, não é o efeito do estado, não necessariamente é fruto da sua gestão, decorre muitas vezes de políticas monetárias e política fiscal que afetam a economia brasileira e impactam sobre as contas públicas dos estados. No quadrimestre de 2023, tivemos um crescimento negativo da receita de impostos por conta principalmente dos efeitos da Lei Complementar n.º 192 e da n.º 194. A Lei Complementar n.º 192 e a n.º 194 impactaram em uma perda de arrecadação, na área de energia elétrica e combustíveis, de R\$ 2,2 bilhões, o que representou uma taxa de crescimento negativa do ICMS na faixa de 9%. E só foi possível essa reversão porque, quando comparamos a taxa de crescimento dos outros produtos da nossa cesta de tributação, tivemos um aumento de 11%. O resultado final é que tivemos uma perda líquida de arrecadação, no primeiro quadrimestre, de aproximadamente R\$ 800 milhões. Tivemos como contrapartida um aumento da receita patrimonial por conta das aplicações financeiras do Estado, uma diminuição das transferências correntes, principalmente por conta do Fundeb, que diminuiu a devolução por parte do Governo Federal para o Governo dos estados. E o impacto final foi de uma perda de arrecadação no Estado do Paraná de ICMS de R\$ 714 milhões, com um crescimento positivo no IPVA de 18% e do ITCMD de 8%. O Fecop - Fundo de Combate à Pobreza, que você conhece bem, teve uma

perda de 54% no total da sua arrecadação, o que mostra que temos que ter uma preocupação adicional muito forte com os programas que são financiados pelo Fecop. É importante ressaltar que esse crescimento de menos 6% real só não foi maior porque conseguimos aprovar aqui na Assembleia Legislativa um aumento da alíquota modal que elevou a taxa média de ICMS sobre os produtos de 18 para 19% e uma revisão da base de cálculo da TUSD e da TUST sobre o setor elétrico, o que permitiu um incremento de receita no ano de alguma faixa de R\$ 1 bilhão e 600 milhões, para contrabalançar o efeito negativo da perda de impostos do ICMS que incide sobre o setor elétrico e o setor de combustível. Um fato preocupante nesse período é que, apesar da nossa tentativa de esforço de controlar as operações de capital, tivemos um aumento no pagamento de juros e amortização por conta da nossa dívida, como consequência da taxa de juros real do período. A transferência de capital sofreu uma redução por conta da contabilidade dos precatórios, que mudaram do componente capital para o componente outras despesas correntes, como vamos ver nos próximos *slides*. O item preocupante nesta apresentação diz respeito ao crescimento das despesas correntes empenhadas. O gasto com pessoal teve um incremento de 8% nominal, 3% real - os ativos na faixa de 11% nominal, 6% real, e dos inativos de 6% nominal, 1% real. O crescimento dos juros e encargos da dívida tiveram um incremento de 23% por conta da taxa de juros praticada na economia brasileira. As despesas de investimento sofreram uma redução que não representa o fato real, porque o que ocorreu é que, como no último quadrimestre do ano passado tivemos a transferência para os municípios e uma diminuição dessas transferências no primeiro quadrimestre, então houve uma redução de investimento. Mas, na verdade, os investimentos em obras aumentaram em quase 41% no período. Como consequência, o resultado primário do Estado apresentou, quando consideramos as despesas empenhadas e não pagas, um déficit de R\$ 1,5 bilhão. O fundo previdenciário apresentou uma insuficiência financeira de R\$ 2,25 bilhões e uma projeção de crescimento de R\$ 6 bilhões para o ano em curso. O saldo total da nossa dívida está na faixa de R\$ 24 bilhões, quando colocamos a dívida com a União, a dívida que ainda se encontra presente da dívida do Estado do Paraná,

principalmente a questão do Banco Itaú, os nossos empréstimos obtidos junto ao BID, junto ao Banco do Brasil e junto ao BIRD. A nossa Capag, que é a avaliação por parte do Tesouro Nacional da solvência e da nossa capacidade de geração de liquidez, nos dá uma nota “B”, sendo que o nosso nível de endividamento está com uma nota “A”, a nossa liquidez com nota “A” e a nossa poupança corrente com nota “B”, apesar de termos uma pequena deterioração ao longo do último quadrimestre, o que mostra que de alguma forma a percepção externa sobre a saúde financeira do Estado é positiva. O cumprimento das regras fiscais foi obtida com razoável segurança e os limites de gastos com pessoal, com educação e saúde chegaram, o gasto com pessoal, a 42% da receita corrente líquida, as despesas com educação estão em um percentual de 28,45%, com um limite mínimo de 30%, e as despesas com saúde estão em 6,6%, quando na verdade chegou a quase 11,03%... (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Peço respeito. Já estou observando quem está fazendo aqui, acirrando os ânimos. É você, morena, sim! Fique tranquila, que já estou de olho. Peço à nossa segurança.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Essa é a apresentação no geral. Não quero encher os senhores de números, porque acho que o que importa para os senhores é o nível de perguntas. O que posso dizer é que passamos pela pandemia, passamos por um forte impacto por conta da Lei Complementar n.º 192 e da n.º 194, que acabaram dando uma perda de alguma coisa de R\$ 6,8 bilhões, projetada para 12 meses de arrecadação. Estamos conseguindo superar essas adversidades. O nível de despesa é preocupante, vamos ter que fazer uma análise com relação a esse item. É necessária uma revisão principalmente na questão dos contratos em curso, para poder de alguma forma ter uma trajetória sustentável ao longo de 2024. É necessário ter prudência na gestão dos gastos. É necessário ter uma gestão da receita eficiente, para obter melhores resultados com o mesmo nível de tributação. A condução da política fiscal do Estado é bastante satisfatória, o que nos coloca em uma posição ímpar no cenário nacional. Quando comparado com outros estados, estamos em uma situação de relativo

conforto, por conta dos superávits obtidos ao longo dos últimos três anos, quatro anos, o que nos permitiu chegar a esta situação e ter um fôlego suficiente para aguentar muitas adversidades, e as chuvas e trovoadas que estão caindo sobre a economia brasileira. Queria me colocar, Deputado Traiano, à sua disposição para iniciar os debates, as conversas que forem necessárias. E o Deputado Goura está pedindo sua inscrição. É isso? Coloco-me à disposição para eventuais perguntas. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Se não houver silêncio, vou suspender a Sessão. **Sessão suspensa.**

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou reiniciar a Sessão. Se houver tumulto, encerro definitivamente. Com a palavra para perguntas, Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, Secretário e demais colegas. Secretário, vou começar pelo fim. O senhor colocou que temos alguns contratos que precisam ser revistos. Quero entrar justamente nisso. Entre 2020 e 2023, tivemos um pequeno aumento de gasto com pessoal, em compensação o custeio saltou de 3,6 bi para 7,2 bi, um aumento de 97,9%, quase 98% de aumento com o custeio. Temos mais ou menos 2 bilhões desse aumento que são das terceirizações – escolha de gestão política por parte do Governo atual. Não é necessariamente uma escolha técnica, é uma escolha política, onde não há concursos, não há data-base, mas há contratação de terceirizados. Então, gostaríamos de saber se será mantido por quanto tempo esse aumento no custeio; se existe previsão de concursos - e digo aqui não concursos pequenos, digo concursos de grande monta; e quais áreas respondem esse aumento de custeio, fora a terceirização de 2 bilhões, para que tenhamos um aumento tão grande de custeio. Como alguém que gosta de estudar um pouquinho o orçamento, o que vejo é que temos um Governador preocupado em diminuir a folha de pagamento para endividar ainda mais o Estado aumentando o custeio.

Alguns Prefeitos fazem isso com a área de medicina nos municípios, onde, para poderem buscar empréstimos e dinheiro fora, eles terceirizam a medicina, baixando a folha e contratando por via de terceirização, ou seja, cai no custeio e sai da folha. O Governo do Estado parece estar caminhando no mesmo sentido. Sei que é uma decisão política e não uma decisão técnica, mas 2 bilhões a mais de terceirização, enquanto os agentes educacionais, por exemplo, recebem hoje menos para fazer o mesmo trabalho, se não mais do que recebiam quando eram PSS e agora com a terceirização. Como podemos corrigir essa distorção no orçamento paranaense? Essa é a minha pergunta nessa maquiagem de tirar de folha e jogar para custeio.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Os níveis de gastos com custeio aumentaram por duas coisas principalmente. Como o senhor colocou, a terceirização tem um impacto, principalmente na área de educação teve um impacto. Outro ponto importante de crescimento é por conta da contabilização dos precatórios. Os precatórios saíram de despesas de inversão e foram para as despesas correntes, na medida em que pagamos um precatório grande que estava na fila. O nível de despesa com pessoal não necessariamente diminui, porque as contratações da terceirização entram para o cômputo da mesma forma. O que ocorre é que, por conta de efeitos também dos gastos com investimento que ocorreram ao longo dos últimos anos, as despesas com custeio também aumentam, porque quando você abre um novo hospital, você tem que recontratar novos quadros e esses novos quadros acabam de alguma forma sendo contratados como despesas de caráter terceirizado, que aumentam os gastos gerais no item de custeio. O investimento de hoje é o aumento do custeio de amanhã; e o aumento de custeio amanhã tem o impacto que acaba sendo forte em termos de gasto final da máquina. Com relação ao nível de novos concursos, confesso que não temos ainda uma perspectiva muito positiva com relação a novos concursos, na medida em que não temos uma trajetória muito positiva para a arrecadação do Estado, e como o nível de despesa de gasto com pessoal e de novos concursos exigem uma receita de caráter permanente e não de caráter transitório, que isso também é um item positivo nas contratações de pessoal pela

via da terceirização, porque se houver uma redução da receita você pode adequar o nível de despesa. Tenho uma preocupação grande com relação ao aumento de gastos com pessoal na medida em que não temos uma trajetória muito sustentável para a questão da receita tributária, e isso me preocupa muito porque não vou comprometer o Estado de forma definitiva. Mais algum item que o senhor queira que eu responda?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): O precatório de grande monta seria o precatório Copel/Itaú?

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: O gasto foi com a empreiteira CR Almeida.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Está certo. Obrigado, Secretário.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: O Itaú não virou precatório ainda, porque foi feito um acordo. Ok?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo Parlamentar a fazer perguntas, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^s convidados, estudantes, professores, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados e Sr. Secretário da Fazenda, Professor Renê Garcia. Gostaria de fazer uma pergunta sobre macroeconomia que certamente afeta diretamente não só o nosso Estado, mas todos os estados do Brasil e toda a economia do Brasil. Desde que era criança, Secretário, escuto que o petróleo é nosso, petróleo é uma riqueza mineral do povo brasileiro. No entanto, existem fundos norte-americanos que lucram mais de 6 bilhões por mês como acionistas da Petrobras, com o petróleo que é nosso, que é dos brasileiros. Vimos, ao longo do ano passado, altas dos combustíveis, vimos que na semana passada o Governo Federal teve a coragem e a ousadia de anunciar o fim do modelo de PPI da Petrobras, que é a paridade de preços internacionais. Em Brasília, ano passado, já havia feito uma pergunta ao Ministro

das Minas e Energia do Governo anterior e ele mesmo admitiu que o modelo de PPI da Petrobras é mímica - palavras do Ministro das Minas e Energia do Governo anterior. Então, parece-me que ao fazer essa alteração desvinculando os preços da paridade internacional, a Petrobras caminha agora para um avanço. É evidente que não pode haver corrupção, tem que haver boa gestão, mas isso influencia em toda a economia brasileira, porque quando aumenta o preço do combustível aumenta a inflação. O alimento não chega caminhando no supermercado, ele é levado de caminhão para o supermercado. É o combustível que faz com que toda a economia do Brasil vá para um bom caminho de prosperidade, de desenvolvimento social ou vá para o brejo. Pergunto como é que o senhor analisa essa alteração de modelo na Petrobras, se já existe uma avaliação de qual será o impacto disso na economia paranaense. Além de fazer essa pergunta, também faço um agradecimento público, na condição de Presidente da Frente Parlamentar da Medicina, porque o senhor ontem assinou o Decreto isentando 87 medicamentos para tratamento do câncer de tributos estaduais. Isso deve representar para o consumidor final, para o paciente pelo menos 20% a menos de custo. Então, agradeço essa visão humanitária que o senhor demonstrou em relação aos pacientes de câncer. Mas, a minha pergunta é sobre os impactos nas mudanças da Petrobras na economia paranaense e brasileira, Sr. Secretário. Muito obrigado.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Deputado Ney, queria agradecer a sua pergunta. Queria salientar que o senhor entrevistou de forma muito positiva sobre a adoção da nossa política de revisão da tributação sobre medicamentos sobre câncer, o senhor entrevistou. Consegui adiantar o prazo, que estava programado inicialmente para ano que vem, e conseguimos fazer com que iniciasse este ano. Queria lhe agradecer pela consideração. Com relação à política de formação de preço do combustível, ela tem dois componentes. Primeiro que o Governo utilizou a Petrobras como uma forma de obter dividendos extraordinários para fazer frente às suas despesas crescentes no ano de 2021/2022, e a contribuição dos dividendos chegou a R\$ 65 bilhões durante esse período. Mas, tem um problema técnico que é o seguinte, na medida em que o preço dos combustíveis é formado

por um componente doméstico e um componente internacional e o Brasil é produtor de petróleo, mas consome mais derivados de petróleo do que produz, porque o Brasil não investiu em refinarias, então, se não tivermos uma política de formação de preço adequada com o padrão internacional, o que ocorre é que há um risco de desabastecimento principalmente do diesel. Então, é um mecanismo perverso. E a adoção de uma política de formação de preço diferenciada vai exigir, primeiro, uma revisão na questão da distribuição dos dividendos. A Petrobras vai dividir menos dividendos e, conseqüentemente, exige do Governo Federal uma política de manutenção, para manutenção do uso de gastos, e uma revisão que diz respeito aos gastos principalmente com relação a componentes que não estavam necessariamente esperados, o que acaba impactando sobre o nível de gastos sociais. O que o Governo está tentando com o arcabouço fiscal é aumentar a arrecadação através de outros meios e conseguir manter os gastos sociais em patamar que seja alguma coisa comparável com uma trajetória, comparável com 2022, em um incremento de 1,2%. É uma tentativa eu diria saudável, a manutenção desses níveis de despesa, e uma contribuição que acaba sendo positiva para principalmente a questão da má distribuição de renda brasileira. Só que essa revisão dos dividendos da Petrobras não pode se dar aquém dos investimentos da companhia, tem que ser mantido um nível de investimentos adequado para fazer frente às necessidades dos próximos anos. A grande dificuldade é isso, Deputado, que se o preço não seguir o preço internacional, o que obriga a Petrobras a ter uma política de resultado menor do que aquele que o mercado espera, aí é a tirania do mercado. A formação de dividendos segue uma lógica de comparação dos preços domésticos com os preços internacionais, do preço do ativo brasileiro com o ativo internacional, e uma expectativa de formação de preço. Na medida em que você diminui os dividendos, o preço do ativo Petrobras cai e com isso acaba impactando as expectativas dos investidores e contribuindo para que a Petrobras tenha uma desvalorização no mercado bursátil, o que acaba de alguma forma comprometendo os investidores internacionais e os domésticos também. Agora, é claro que hoje o grosso dos investidores no setor de petróleo no mundo se dá através de grandes fundos de investimento, que têm

uma plataforma de diversificação internacional e acabam buscando ativos referenciados no mundo inteiro. A Petrobras, como o senhor colocou bem, saiu do maior endividamento global no mundo para uma situação hoje confortável, por uma gestão que acabou sendo mais eficiente do que as gestões anteriores, o que não compromete a atual gestão, que está tentando fazer um esforço enorme, precisa de manutenção do nível de investimento e uma política saudável de formação de preços.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Secretário, queria aproveitar. Não é sempre que temos um professor aqui de economia e quero sugar um pouco mais da sua experiência. Obrigado pelos esclarecimentos em relação à Petrobras, mas quero aproveitar e perguntar sobre outro assunto que me aflige muito. Temos hoje no Brasil mais de 70 milhões de pessoas inadimplentes - não são endividados apenas, porque endividado é aquele que está devendo, mas tem o dinheiro para pagar a sua dívida; o inadimplente está devendo e não tem o dinheiro para pagar. São 70 milhões no Brasil. Vemos hoje uma taxa de juros no cartão de crédito vergonhosa, um assalto legalizado, mais de 300% a taxa de juros no cartão de crédito. Taxas do cheque especial outra vergonha, outro assalto legalizado a favor dos banqueiros. Vemos no Brasil hoje os empréstimos consignados e muitos idosos, servidores públicos, estudantes acabam tendo que recorrer a esses consignados que cobram juros abusivos. Fico me perguntando: Onde é que o nosso País vai chegar, Secretário? Nós vamos ser o país eternamente dos endividados? O país daqueles que não têm como honrar os seus compromissos? É possível fazer alguma coisa para conter essa ganância desenfreada dos bancos? Porque querer lucrar é justo na economia de mercado, faz parte do sistema liberal; agora, explorar não é correto. E percebo que o estudante, o empresário, o produtor rural, o trabalhador, o aposentado estão se afundando nas taxas de juros deste País. O que podemos fazer em relação a isso, Secretário? Obrigado.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Deputado Ney Leprevost, obrigado. Se há uma coisa que me orgulho muito na minha vida profissional, foram os meus 38

anos de magistério. Dei aula sem parar. Mesmo na vida privada, tinha o magistério como sendo a minha principal atividade intelectual. Fui 48 vezes paraninfo e 32 vezes patrono, então acho que fui um grande professor. Formei gerações, gerações, gerações de economistas, seja da Fundação Getúlio Vargas, seja no Ebape. Então, tenho grande orgulho da minha vida acadêmica. Tenho artigos publicados que são referência na literatura, então tenho um grande orgulho da minha atividade acadêmica. A questão do endividamento, realmente a capa da *Valor* hoje traz um aumento da inadimplência de quase três pontos percentuais. Esse é o mecanismo perverso da política monetária. A política monetária, quando a taxa de juros sobe por conta de uma sustentabilidade fiscal que aparentemente não é crível para os mercados financeiros, ela exige prêmio de riscos elevados, e esse prêmio de riscos elevados acaba de alguma forma impactando sobre o nível de poupança corrente, faz com que as pessoas poupem menos e faz com que o nível de inadimplência se eleve. Ao se elevar o nível de inadimplência, você tem um mecanismo perverso, porque a taxa de juros tem que subir, porque a lei de preços aumentou, a lei de preços aumentou porque a taxa de juros subiu. Então, é um dos mecanismos mais complicados que tem. A possibilidade que temos é de alguma renegociação de dívidas, como o senhor conduziu na sua Secretaria quando era Secretário, uma renegociação de dívidas. O Governo Federal está disposto a implementar um grande programa de renegociação de dívidas com os bancos privados. Acredito que ao longo de 2023/2024 vamos ter a possibilidade de uma redução mais forte na questão da inadimplência, porque vão ocorrer mecanismos de negociação e também por conta de uma taxa de juros real mais baixa percebida pela sociedade, o que exige também uma taxa de inflação mais baixa. A taxa de juros é elevada porque a expectativa de inflação é elevada, e o mercado entende que não é crível. É claro que existe algum erro de percepção, Deputado, porque se 3,75% é uma taxa de juros muito real, 2% era muito baixa. Então, o Banco Central Brasileiro talvez tenha errado de mão, tenha praticado uma taxa de juros irreal no período do início de 2021, o que exigiu uma taxa de juros real e expressiva nesse final, o que está se mantendo por um prazo longo de tempo. Então, vamos acabar sendo vítimas talvez da política monetária

inadequada, mas os mercados vão reagir a partir da aprovação do novo arcabouço fiscal, e vai abrir espaço para uma redução da taxa de juros para alguma coisa como 12% ao longo de 2024 ou 2025. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, Sr. Secretário Renê, acompanhando o relatório apresentado por V.Ex.^a e tendo estudado ele de forma antecipada, chego à conclusão, pois a matemática não mente, ela é clara, de que o Estado do Paraná tem condições financeiras ótimas em relação a outros estados. E aqui decai algumas perguntas sobre avaliação de V.Ex.^a. No campo do cenário internacional, o senhor coloca que amplas medidas de apoio fiscal para atenuar os efeitos da pandemia e seus desdobramentos aconteceram, e os Governos passaram a remover essas políticas de estímulos fiscais. A minha pergunta: No Paraná, o Ratinho cortou os 17 bilhões de benefícios fiscais para as grandes empresas? Essa é a primeira pergunta. (Manifestações nas galerias.) A segunda pergunta, Secretário, concordando com V.Ex.^a mais uma vez, há um aumento da atividade econômica no Estado do Paraná no campo de serviços, acima da média nacional, isso significa que há um incremento de arrecadação. Aumenta-se a atividade econômica, aumenta-se a arrecadação, até porque tivemos aumentada a alíquota de ICMS sobre alguns serviços e mercadorias no ano passado, ou seja, a nossa condição financeira para o futuro, por conta dessa medida, pode ser melhor de que essa então? Mais uma questão. A terceira questão, Secretário, é uma discordância. Ao apresentar o relatório que indica resultado primário, tenho uma avaliação um pouco diferente de V.Ex.^a. Tem dois quadros colocados da apresentação de V.Ex.^a, um que indica um resultado primário de R\$ 4 bilhões e um com uma despesa empenhada e não paga no valor de R\$ 6 bilhões. E aí tem uma nota no rodapé que diz que a diferença entre o resultado primário e a despesa empenhada não paga é um déficit de 1,5 bilhão. Amanhã V.Ex.^a vai ter publicado o resultado do Paraná no STN e, na minha avaliação, o Paraná ou teve um resultado primário de R\$ 4 bilhões ou teve um

déficit de 1,5. As duas interpretações no mesmo quadro me dão a entender que é para uso de explicação variada. Desculpe-me a franqueza com V.Ex.^a! Por fim, no último *slide* apresentado, o senhor coloca que temos despesa de pessoal com 42% sobre a receita corrente líquida, ou seja, basta apenas a decisão política do Governador em dar aumento para os servidores e fazer o reajuste, não tem dificuldade financeira. (Aplausos.) (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Presidente. Saio daqui convencido de que há condições financeiras, há instrumento orçamentário para isso e basta a decisão política. Por fim, mais uma pergunta. No quadro sobre saúde pública estadual há um indicativo de que a variação de abril a janeiro há um gasto de 8,2% menor na saúde do que no ano passado. Como se dá isso? Se tivemos aumento de arrecadação em relação ao ano passado, por que se resolveu investir menos em saúde? Obrigado, Sr. Presidente. (Manifestações nas galerias.)

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Começando pelo final, não há uma diminuição na despesa com saúde, porque as despesas empenhadas e não pagas no exercício seguinte acabaram impactando sobre esse resultado no primeiro quadrimestre. Então, estamos realizando despesas de empenhos não pagos ao longo de 2024. Com relação à saúde financeira do Estado, sem dúvida que ela é muito confortável, mas ocorre o seguinte, que a perda de arrecadação por conta da 192 e da 194 é extremamente preocupante - temos uma perda que na área de energia elétrica chegou a 83%. Então, a arrecadação do Estado teve um incremento positivo por conta da alíquota modal, sem dúvida nenhuma, mas ela representa apenas 15% da nossa perda corrente, o que é insignificante perto do volume total. Então, temos que ter uma política mais restritiva com relação aos gastos correntes e às despesas em geral do Estado. Como o senhor salientou, é impossível ter uma revisão de gastos tributários, que são chamados de benefícios tributários, em períodos de pandemia, porque as empresas de ressentem de uma necessidade de formulação da sua política de formação de preços, em

complemento à queda de demanda. Então, uma reforma no gasto tributário, ou seja, em benefício fiscal só será possível na medida em que os estados como um todo entrem em um mecanismo de adequação com relação à guerra fiscal. Somos vítimas dos nossos vizinhos, que entraram em uma guerra aberta com relação aos outros estados da Federação, concedendo benefícios generosos. Então, a política de concessão de benefícios fiscais do Estado, coloco-me muito a cavaleiro para criticá-la, porque não sou de nenhuma forma favorável à manutenção de benefício fiscal por um longo período de tempo, acho que tem que haver revisão, temos uma obrigação de buscar eficiência na questão tributária. Não concedi, ao longo dos últimos quatro anos, nenhum benefício fiscal em montante expressivo no Estado, pelo contrário, o nosso montante de benefício é muito pequeno. O que ocorreu no Estado do Paraná e em outros estados da Federação foi uma revisão na metodologia de cálculo, que a metodologia era imprecisa na medida em que não tínhamos notas fiscais eletrônicas. Com a nota fiscal eletrônica temos a possibilidade de calcular de forma mais eficiente e efetiva o gasto tributário. O mesmo mecanismo está sendo adotado por outros estados da Federação - no estado de Santa Catarina teve uma revisão de 8 bilhões para 14 bilhões, no estado de São Paulo teve uma revisão de 22 bilhões para 50 bilhões, e é fruto principalmente da mudança de metodologia. Pelo contrário, alguns trabalhos técnicos até nos acusam de forma errada de estarmos superestimando as nossas renúncias. Se o senhor quiser, posso lhe passar os trabalhos feitos por alguns pesquisadores que dizem que estamos superestimando, porque não estamos dando uma saída com relação à complementariedade da questão dos benefícios fiscais e dos créditos presumidos. Então, coloco-me muito, muito, muito a cavaleiro para discutir o assunto. Tenho certeza de que temos a necessidade de revisão do gasto tributário, mas isso só será possível no âmbito de uma reforma tributária que desonere a produção, volte a tributação à base de consumo. Só que essa reforma tributária está próxima, mas está longe, distante. Apesar de todo o esforço que está sendo tentado do Governo Federal junto ao Congresso Nacional, acredito que ela não será implementada ao longo de 2023, vai ficar para 2024, até porque necessita de leis complementares adicionais que vão ter que ser

tratadas. Como tenho o compromisso com os senhores de vir aqui no futuro para falar sobre a reforma tributária, não quero fazer um adiantamento sobre a posição com relação ao tema. Coloco-me à disposição se tiver alguma coisa que tenha me esquecido da sua pergunta. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Secretário, quero convidar V.Ex.^a. Se o senhor comunga da ideia da revisão dos benefícios fiscais, da renúncia que o Paraná tem, nós aqui da Oposição concordamos com V.Ex.^a e queremos fazer essa revisão, uma vez que esse dinheiro, quando é dado da forma com que está hoje, deixa de ser atingido e de ser levado para a política pública, tanto da saúde, da educação, do ensino superior, e temos uma crítica muito séria sobre isso, inclusive levantamos informações sobre isso e cobramos a ausência desta Casa a ter acesso a quem são os beneficiários dessas grandes renúncias tacitamente. Mas, outro ponto que gostaria de perguntar a V.Ex.^a e que não me senti contemplado é com respeito a essa parte agora que o senhor não conseguiu me responder, acho.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Publiquei os dados com relação à Paraná Competitivo, como o senhor havia solicitado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Sim, mas não com os nomes. Tem o segmento industrial, o segmento tal que recebe o benefício, mas não tem os nominados, quem são os beneficiados. Mas, independente disso, Secretário, voltando para a outra parte que gostaria de deixar claro para V.Ex.^a, a perspectiva do Estado do Paraná com relação ao desempenho econômico futuro por conta do aumento da atividade econômica e por conta ainda da melhora com o aumento da alíquota base do ICMS, mesmo que tenhamos prejuízo com a renúncia do imposto do combustível federal, como V.Ex.^a coloca, ainda ela é positiva e temos campo para uma discussão sobre várias coisas, principalmente sobre reajuste e aumento salarial para os servidores. (Aplausos.) Então, para frisar, sei que é uma decisão que não compete a V.Ex.^a, mas hoje o Paraná está sabendo que está nas mãos

do Governador dar reajuste, dar aumento e conversar, tem condições para fazer isso. E em relação a outros tempos, e é o que vem sendo dito aqui pela Base do Governo, que o Paraná passa por momentos difíceis, a apresentação não diz isso, a apresentação diz que o Paraná vai bem, tem que ter cuidado, dá para aumentar a receita diminuindo a renúncia sem ter que fazer reforma tributária no Estado, por exemplo, e dá para investir em política pública. Essa é a conclusão. Para finalizar, que o senhor responda: Estou certo, estamos bem com esse gasto de 42% e temos condições?

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Deputado, a condição realmente fiscal do Estado é muito boa, é muito boa hoje. Mas, quando você tira a fotografia, é confortável; quando você analisa a dinâmica, é desconfortável. Com relação ao reajuste dos servidores, somente 13 estados da Federação vão conceder reajuste em 2023. Quinze estados vão dar reajuste zero. Por quê? Porque estão preocupados com a dinâmica da questão da arrecadação. A arrecadação para os anos de 2023 e 2024, mesmo com as medidas adotadas da alíquota modal da mudança da gasolina e do diesel e dos efeitos positivos da TUSD e da TUST, ainda projetam uma perda, um orçamento negativo, um déficit orçamentário negativo para o ano na faixa de R\$ 5 bilhões. Então, vamos ter uma perda de caixa ao longo de 2023. Preocupa-me muito, porque tenho compromisso com o Estado do Paraná de não levarem a uma situação que possa complicar a trajetória sustentável das finanças do Estado. Ao longo dos últimos quatro anos, tenho conseguido alcançar. O Deputado Marcel Micheletto é testemunha do esforço para conseguir. Não é fácil! Não é fácil. O que obriga muitas vezes a ser às vezes indelicado no trato, às vezes muito prudente. Tenho um orgulho, Deputado, que não me reúno com empresários, não tenho reuniões privadas, não recebo nenhuma comitiva, não dou ouvido aos *lobbies*. Então, tenho uma política muito conservadora na minha vida pessoal, o que leva a possibilidade de dizer não, muitas vezes com um sorriso nos lábios. Sabem? Mesmo muitas vezes contra tudo e contra todos, mesmo tendo às vezes adversidades e às vezes não entendimento por parte de alguns setores da sociedade. Não necessariamente à custa do funcionalismo, porque temos adotado por política de valorização do

salário educacional, da educação, por conta do Fundeb, dos gastos com o Fundeb. Os gastos com o Fundeb só este ano corrente vão ter um aumento do salário-base dos professores de 13,85%, por conta de repasses do Fundeb e por conta do reajuste do piso, assim também como o novo piso da enfermagem vai dar um aumento para a categoria. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Olhem, vamos deixar o Secretário finalizar, concluir. Temos outros oradores que vão fazer perguntas ao Secretário. Gostaria que ele pudesse ter a oportunidade de finalizar a sua resposta, para que possamos seguir aqui com as perguntas dos próximos oradores. Secretário.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado, já estou contemplado. Mas acho que o senhor colocou que podemos ter uma diferença de 5 bilhões a menos na arrecadação para 2023. O senhor está se referindo a 2024, não a 2023 mais, não é? É isso. O senhor colocou na sua última fala que pode ter uma diferença de R\$ 5 bilhões na arrecadação. É a perspectiva de 2024?

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: É, comparado com a arrecadação top de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Próximo orador, Deputado Goura. Vossa Excelência pode fazer a pergunta.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Presidente Marcel. Começo saudando os nossos colegas Deputados e servidores da Secretaria. Secretário Renê, é muito bom vê-lo com saúde aqui e podendo conversar conosco. Uma saudação especial a todos os nossos servidores do Estado do Paraná, aos estudantes das universidades aqui presentes. (Manifestações nas galerias.) Senhor Secretário, não vou entrar na discussão de números, acho que estamos aqui também para discutirmos política. O senhor usou alguns adjetivos aqui para dar o panorama fiscal e econômico do Estado do Paraná. O senhor falou de conforto, de superávit, de vantagem e de fôlego, que acho que são adjetivos muito positivos, que

demonstram que, sim, existe uma margem política e econômica favorável no Estado do Paraná. Acho que a Casa está hoje lotada aqui, Presidente Marcel, por estudantes, por servidores, por professoras e professores, pelo corpo docente e discente. Recebemos policiais penais aqui também, Secretário, que estão reivindicando esta mesa de negociações, este diálogo, esta possibilidade de aumentarmos essa reposição salarial justa e legítima que o Estado tem como débito com esses servidores. (Aplausos.) Então, queria aqui, Sr. Secretário, mais registrar, sei da sensibilidade de V.Ex.^a que possamos avançar. Acho que a proposta que chegou não é condizente com justamente essa situação positiva que o Paraná enfrenta. Acho que o momento seria, sim, de darmos uma sinalização positiva de que o Paraná é um estado que respeita as suas universidades públicas, que dá uma perspectiva de valorização salarial de carreira e também de melhor estrutura para os estudantes que estão nos nossos campi. Então, era mais nesse sentido. Caso possamos avançar, Secretário Renê, nesse diálogo, nessa construção propositiva em defesa das universidades. Muito obrigado. (Aplausos.)

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Está ótimo. Acredito que a política salarial dos planos de carreira dos funcionários deve seguir uma lógica de sustentabilidade. Só posso pagar aquilo que posso garantir que pague. Outros estados do Brasil entraram em trajetórias extremamente insustentáveis - o meu estado natal, Rio de Janeiro, quebrou; o Rio Grande do Sul quebrou; o estado de Goiás quebrou; outros estados da Federação entraram em problemas gravíssimos de insustentabilidade fiscal por conta de várias decisões equivocadas. Tenho uma postura extremamente conservadora com relação a aumentos de gastos de caráter permanente, para evitar justamente que o estado se coloque em uma situação de incapacidade de fazer frente. Acho que a melhor política salarial é aquela que o empregador, no caso o estado consegue pagar, consegue pagar no tempo, não gera nenhum tipo de situação de desconforto, porque na hora em que os gastos aumentam e o estado é incapaz de pagar, ele corta não só a folha de pagamento. Tem simulações que me dizem que a folha do Estado, se por acaso deixasse de ser paga, daria um impacto de quase 1% do PIB trimestral do Estado, e também temos a responsabilidade para com os fornecedores. Então, tenho uma

postura que o reajuste adequado é aquele que se pode pagar. A nossa proposta é aquela que podemos pagar no tempo, aquele que é sustentável pagar. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima Parlamentar a fazer perguntas, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, boa tarde. Boa tarde, Secretário. Saúdo todos os Deputados e Deputadas. Quero saudar também a todos os visitantes, todos os estudantes, professores, servidores do Estado do Paraná que aqui estão. (Aplausos.) Sejam sempre bem-vindos à nossa Casa. Secretário, já fui um tanto contemplada, inclusive, tanto pelo Deputado Arilson, quanto pelo Deputado Goura, mas queria só fazer um reforço aqui com relação ao que estamos reivindicando. E acredito que esta é uma reivindicação não só da Oposição, acredito que a Situação também tem essa preocupação, que é com os servidores públicos do nosso Estado. Sabemos que já passa de 40% a defasagem salarial e é mais do que justo que o Estado reconheça todo esse trabalho e reconheça o que é de direito, que é a data-base. Aqui, pelo o que o senhor nos explanou, pelo o que temos em mãos, 42%, pessoal! Isso significa que dá condições sem comprometer o Estado, dá condições de o Estado repor no mínimo 10%. No mínimo 10%. Isso, acho, acredito assim que mesmo não entraria na questão, não estaria nem próximo nos 10%, da questão do que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige. Então, acredito que seria de bom senso o Governo, pelo menos neste momento, reconhecer que os nossos servidores estão aí há mais de sete anos sem a reposição salarial, que é um direito que eles têm. (Aplausos.) Mais uma questão que queria ponderar aqui, Secretário, que nos deixa muito preocupados. Já na outra prestação de contas, V.Ex.^a colocava aqui os gastos de saúde e agora volta novamente, temos aqui novamente neste quadrimestre um pouco mais de 6% de gastos na saúde. Vossa excelência tentou explicar um pouco essa questão do gasto, mas gostaria de deixar claro aqui a preocupação que temos, porque para nós vem essa prestação de contas, para o Tribunal de Contas vai essa prestação de contas e chega ao final do ano tem que

fechar nos 12%, que é o que a lei exige, o que a lei pede, que seja no mínimo 12% para a saúde, aí o Estado faz um malabarismo danado para cumprir com os 12%. No entanto, estamos hoje vivendo um momento muito caótico na questão da saúde do nosso Estado. Falo aqui com relação à dengue, que vem crescendo e muito e acredito que o Estado precisa, a Secretaria da Saúde precisa de uma ação maior com relação a controlar, a tentarmos investir mais na questão do combate à dengue no nosso Estado, porque inclusive está matando pessoas. Também com relação à própria saúde dos prestadores de serviços do Estado. Recebi ontem de um hospital de Cascavel, Hospital Dr. Prime, que atende pessoas que têm glaucoma e cataratas, suspendendo o atendimento porque está há seis meses sem receber do Estado. Então, não dá para entender que a Secretaria de Saúde gaste nesses primeiros meses só 6% na saúde e no final do ano faz todo esse malabarismo para fechar os 12%. No entanto, estamos em um momento, as pessoas não escolhem ficar doentes no final do ano, elas estão nas filas agora, estão esperando uma cirurgia, estão esperando por uma consulta, estão esperando por um exame e estão esperando inclusive para serem tratadas do glaucoma, que é como esse Hospital de Cascavel, que suspendeu agora o atendimento das regionais de saúde que atendem, porque já está há seis meses sem receber do Estado. Então, gostaria que o senhor tentasse - não sei como vai ser a sua resposta -, mas gostaria que levasse pelo menos esta preocupação que temos com relação aos gastos e à forma como a Secretaria da Saúde vem trabalhando no nosso Estado, e essa preocupação que temos com este momento que vivemos, momento que inclusive todas as pessoas que podem acompanhar estão vendo os hospitais superlotados. E é neste momento que o Estado precisa estar presente, é neste momento que o Estado precisa socorrer as pessoas que estão pedindo o apoio e precisam desse apoio do Estado e desse socorro do Estado. (Aplausos.)

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: O problema é que a contabilidade difere um pouco entre aquilo que é empenhado e aquilo que é liquidado. Quando você analisa o liquidado, a despesa com saúde está em 11,2%. A minha preocupação com a área de saúde é pessoal, tenho um compromisso com o Secretário da

Saúde de fazer frente a todas as necessidades que porventura ele possa ter. Não tenho notícia de atrasos de pagamentos; se ocorreu, vou perguntar à Secretaria da Saúde de Cascavel, que a senhora me falou, talvez tenha algum tipo de problema de prestação de contas, aí tem que saber se é estadual ou se é repasse do Estado para o município e o município se encontra inadimplente, porque muitas vezes é a Prefeitura que tem alguma dificuldade de fazer o repasse para o ente privado, se for o caso, e acaba de alguma forma impactando sobre a questão da inadimplência com certeza. A senhora me passe, que vou procurar saber, procurar informações a respeito do assunto. Prometo. Quando tive Covid, praticamente morri de Covid, fui tratado em um hospital público, que tenho muito orgulho do tratamento que tive, muito orgulho não só do atendimento como das condições que me foram oferecidas, e tenho certeza de que são as mesmas que foram oferecidas a todos os cidadãos do Paraná, porque não tive nenhum privilégio. Mesmo podendo ir para um hospital privado, fui ao hospital público porque sabia que hospital público era onde tinha a melhor condição de tratamento, justamente por lidar com situações de saúde pública. Então a senhora me passe, que vou procurar a informação imediatamente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Luciana, ok?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Só agradeço. Vou deixar nas mãos do Secretário este ofício que recebi do hospital de Cascavel. E só falar que realmente o hospital público atende bem, sim, inclusive são servidores públicos que estão lá e atendem muito bem. (Aplausos.) Agora, a preocupação que temos neste momento é que existe uma fila e existe falta de leitos – inclusive, acredito que muitos Deputados aqui devem estar recebendo todo dia ligação de pessoas que estão pedindo pelo amor de Deus para conseguir um leito. Então, é nesse sentido que o Estado tem que estar mais presente. Obrigada.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Concorde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Boa tarde a todos e a todas, aos estudantes, aos professores, aos demais servidores que estão aqui presentes. Vejo também aqui policiais penais. Quero rapidamente aqui questionar o Secretário, quero cumprimentá-lo e toda a equipe. Em 2021, o Governo anunciou uma queda de receita e na verdade teve um excesso de receita de 9,3 bilhões. Em 2022, o Governo disse que também ia ter queda de receita, ao final teve uma arrecadação maior, um excesso de 13,1 bilhões. Para 2023 está estimando uma queda de 17% e uma redução de 5 bilhões. Na verdade, estamos estimando que o Governo deve arrecadar, o Estado deve arrecadar 13 bilhões a mais, e não ter uma queda de receita. Teve, sim, no primeiro quadrimestre, janeiro a abril, uma queda de 9%, mas vai ter um aumento de 12% no segundo semestre e vai fechar com superávit, como fechou 2020, 2021 e 2022. Outra coisa, o Governo tem 17 bilhões em caixa, porque ele vem arrecadando mais do que suas previsões. A margem fiscal para reajustar a folha de pagamento do servidor do Executivo existe, houve uma queda, está em 42%, está aí no documento, pode chegar a 49, pode chegar a 46,55, que é o limite de prudência. Então, tem margem fiscal, tem margem financeira, tem margem orçamentária. E aí o que me preocupou aqui nos dados, Secretário, é que teve um aumento exagerado do gasto com terceirização, por exemplo, aumentou 85% comparado com o primeiro quadrimestre do ano passado - de 694 milhões foi para 1,2 bilhão. Também houve um aumento exagerado de 97,8% de serviços de terceiros, pessoa física, por exemplo, consultorias, de 791 milhões no ano passado, no mesmo período agora, de janeiro a abril, 1,5 bilhão. E assim houve um aumento, então, com outras despesas, de 2 bilhões e 300 milhões, enquanto que a folha de pagamento dos servidores, nesses mesmos quatro meses do ano, teve um aumento de 486 milhões. Então, está tendo um aumento exagerado, por exemplo, na contratação de terceiros. Hoje, estive conversando com agentes policiais penais e eles me contaram - e fui verificar - que o Estado está gastando com uma empresa chamada New Life R\$ 23 mil por mês para um monitor que trabalha nas penitenciárias e delegacias, quando o monitor recebe da empresa R\$ 2.972,00 por mês. O Estado está gastando 23 mil por mês, se é diurno; se é noturno, o Estado está pagando para a

empresa, por cada funcionário terceirizado, R\$ 29 mil. Também nas escolas estaduais a terceirização dos funcionários de escolas ficou mais caro - o Estado gastava 18 milhões por mês, hoje gasta mais de 50 milhões por mês com os mesmos funcionários, só que agora tem 14 empresas que terceirizam o serviço e recebem o dinheiro do Estado, e os funcionários de escola estão ganhando menos do que ganhavam antes. Então, tem gasto desnecessário que poderia ser economizado, aí as perdas que os servidores têm, que já somam mais de 40% - 15% vem do Governo Beto Richa e 23% deste Governo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Som na tribuna.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Então, há condição, sim, para pagar o que deve aos servidores. Ou outros Poderes já aprovaram Leis nesta Casa há poucos dias reajustando com um reajuste muito maior do que este Governo está propondo. Os outros Poderes recebem do Poder Executivo. Então, portanto, estamos solicitando que o Governo faça a mesma coisa com os servidores do Poder Executivo.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Só um minutinho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Só um tempo, Deputado.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Deputado, prazer em revê-lo. Primeira coisa que disponibilidade de caixa não significa dotação orçamentária para despesa de caráter permanente. Esse é um problema sério. As pessoas confundem aquilo que é no caixa do Estado, até porque tem também regime de competência e regime de caixa, o regime quando analisamos o caixa do Estado e verificamos que está lá provisão para o 13.º salário integral e no caixa do Estado do período não está considerando o pagamento dos salários correntes. E também temos que descontar do caixa do Estado a questão do restos a pagar. E quando analisamos isso, vamos ver o seguinte, que a situação de caixa do Estado é confortável para aguentar um período de tempo exíguo. Concorde que as contratações têm que fazer uma reavaliação dos gastos. Não tenho dúvida com

relação a isso. Talvez exija uma lupa para saber por que está crescendo tanto e qual a razão desse aumento. Vou analisar e me comprometo a marcar uma reunião com o senhor lá na Fazenda para conversarmos sobre o assunto. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, som para o orador.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Então, Secretário, quero mais uma vez aqui me dirigir ao Governador através de V.Ex.^a, para que encaminhe o mais rápido possível para a Assembleia um Projeto de Lei que reponha o salário dos servidores tal qual está sendo reposto para os demais Poderes, como o Poder Judiciário, por exemplo, porque é uma previsão. A previsão é constitucional, é o inciso X do art. 37 da Constituição Brasileira, que define que os trabalhadores precisam ter a reposição da inflação pelo menos uma vez por ano na data-base e em igual percentual, não pode ser diferente. Portanto, estamos solicitando a isonomia e que também seja pago no mesmo período, não pago depois da metade do ano. Então, fica aqui, mais uma vez, a nossa reivindicação. E quero aqui mais uma vez me solidarizar com as universidades que se encontram em greve. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo Deputado a fazer questionamentos, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Boa tarde, Sr.^s Deputados e Secretário. Gostaria de fazer algumas observações, algumas questões. A primeira delas se trata de uma observação preliminar. Este relatório que está dado para que aprovemos ou não foi apresentado a esta Assembleia Legislativa do Paraná com aproximadamente 24 horas de antecedência - um documento de mais de 50 páginas que trata do exercício fiscal desse quadrimestre. Não é algo de menor importância, que você deixa um bilhetinho na carteira do colega para que ele tenha algumas horas para analisar a questão, se é “*sim*”, se é “*não*”, se é uma questão objetiva. Em homenagem ao exercício e à função dos Parlamentares,

teríamos que ter acesso a este documento com ao menos cinco dias de antecedência, para que estudássemos, analisássemos, fizéssemos pedidos de requerimento de informação para qualificar inclusive o debate e colocar em pé de igualdade de armas as informações que tenhamos e as que os senhores tenham também. Foi entregue ontem depois do almoço, se essa é a questão. Então, essa é a primeira questão, o autoritarismo. A quem interessa aprovar as contas com pressa? Ao povo? Não. Essa é a primeira questão. (Aplausos.) A segunda questão, o Governo do Estado do Paraná investiu 6% na educação, seis vírgula alguma coisa, Deputada Márcia Huçulak, que é da saúde; ocorre, a senhora bem sabe, que as cirurgias eletivas, que os exames de alta complexidade e outros procedimentos médicos se acumularam no decorrer dos últimos anos, por conta de uma pandemia que assolou não só o nosso Estado, como o nosso País. E não só o País, como infelizmente o mundo. Então, é lógico e necessário que os investimentos na saúde cumprissem o mínimo constitucional, não porque o Governador é bonzinho ou é malvado, mas apenas e tão somente porque ele estaria, sim, cumprindo a Constituição, que diz que anualmente 12% dos recursos devem ser destinados à saúde. *Ah, Renato, mas pode ser equilibrado: se gastou a metade agora, ele pode gastar o dobro em outubro, novembro e dezembro.* Ora, se as questões são urgentes, justamente por esse período da pandemia que se arrasta! Isso nos demonstra o quê? Que há uma má administração na saúde do Estado no que diz respeito à destinação dos recursos, ao menos. Está comprovado aqui pelos dados. E, claro, considerando as palavras do senhor, que para mim tem valor, o senhor acabou de dizer que o Estado goza de uma boa saúde financeira, que há um superávit. Então, gostaria de saber por que dessa má administração e quais os planos para que ela seja corrigida nos próximos meses, para que no próximo quadrimestre tenhamos outro tipo de conversa e não uma conversa de que os empenhos... Ora, empenho é parte do processo do endividamento. O Estado sempre estará empenhado em uma fatia de seu orçamento. Isso não é elemento e informação extraordinária que justifique o não cumprimento do investimento na saúde, e isso ao meu ver é falar para que ninguém entenda. *Ah, é o empenho que está empenhado naquilo que foi*

empenhado outrora e que hoje está aí de uma forma... Não, essa linguagem não. Queremos saber exatamente o porquê da má administração. Segundo, e isto é muito grave e tenho a oportunidade de falar com o senhor e fazer esta pergunta. Há na lei paranaense a Lei de Fundos, que cria diversos fundos: Fundo do Desenvolvimento Econômico; Fundo de Saúde, inclusive; Fundo de Meio Ambiente; Fundo de Mulheres, que pode ser utilizado pelas mulheres que sofrem violência doméstica, entre outros fundos; Fundo de Combate à Fome, à Miséria; vários fundos, que têm todos eles natureza especial, de urgência, de interesse social. A Lei de Fundos diz: Tem, por exemplo, R\$ 100 milhões para usar neste exercício fiscal, este ano. O Governo faz o seguinte: Não usa os 100 milhões para as mulheres... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, a pergunta, por favor. Já se passaram os cinco minutos.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Só para terminar, só para terminar. Obrigado. O Governo não usa o fundo e a Lei de Fundos diz: Ano que vem, então, esse fundo, essa mesma quantia, esse mesmo saldo tem que continuar, para que seja executado; mas a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO diz que todo esse dinheiro do fundo não utilizado pode voltar para um caixa único. Então, na prática, os fundos não existem, porque o Governo não aplica, leva tudo para o ano que vem no caixa único e no caixa único ele faz pracinhas no Interior do Paraná, para os Prefeitos que lhe agradam o gosto. Isso é absurdo! (Aplausos.) Isso é má administração! Quero saber o que vai ser feito para resolver esse problema que anula a Lei de Fundos, a partir da LDO, na prática.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: A LDO apenas reproduz a PEC, a PEC n.º 190, não é isso? Que diz o seguinte: Todo saldo remanescente dos fundos deve ir para um caixa. Todos os saldos, não cria exceção alguma. A execução orçamentária dos fundos é de critério exclusivo das Secretarias. Não é uma competência da Secretaria de Fazenda, ela não tem ingerência sobre o ritmo, a velocidade dos empenhos. Outro item importante é o seguinte, as demais

diferenças substantivas entre aquilo que é empenhado e o que é liquidado. O que é liquidado é aquilo que foi orçado e comprometido no ano em curso, mais aquilo que veio do exercício seguinte, então é o seguinte, são os restos a pagar. Então, quando vamos analisar a área de saúde, ela está com uma liquidação de 11,20%, muito superior a isso, e não vejo... Acho e considero que a gestão de saúde se dá de forma muito competente, muito eficiente pelo Secretário Beto Preto. Não tenho nenhum tipo de reclamação com relação à condução do Secretário, nem da Secretaria. Pelo contrário, o que vejo são diversas considerações de natureza positiva com relação à gestão. Não tenho informação, para ser mais claro, de insucesso ou de algum tipo de reclamação mais frequente do que acabo de receber, com relação ao Hospital de Cascavel. Não vejo que a questão orçamentária... Primeira coisa, a disponibilidade desse material da Audiência se deu já há alguns dias, não foi 24 horas, e o que está sendo objeto aqui é uma prestação de contas, não é aprovação. Nada está sendo aprovado aqui neste momento.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Só uma *questão de ordem*. Foi disponibilizado onde há mais de 24 horas? Porque no próprio sistema desta Assembleia Legislativa não estava acessível!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Renato Freitas, desde sexta-feira, às 10 horas da manhã, estava disponibilizado no *site* da Assembleia. Portanto, são quase 100 horas, não são 24 horas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Inclusive o senhor avisou ontem...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): No sistema SEI da Assembleia. Vossa Excelência tem que acessar o sistema SEI da Assembleia. São quase 100 horas que está disponibilizado. Todos os Deputados já têm conhecimento.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: E a prestação anual de contas será apreciada no ano que vem pelo Tribunal de Contas e será submetida a esta Corte.

Nada está sendo objeto de apreciação neste momento aqui. O senhor não está aprovando nada, com todo o respeito.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): É o momento da apreciação, é um processo.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Não, é uma prestação de contas de natureza institucional, uma responsabilidade da LRF para dizer como está o cronograma da execução orçamentária. Não posso ser punido por nenhum ato praticado aqui neste momento.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Sim, entendo o senhor. O que quero dizer é que estamos julgando os atos da administração em uma atitude de fiscalização.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Sim, sim, sim.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Nem tudo aquilo que está sendo aprovado ou não merece uma punição, uma reprimenda legal. Entretanto, estou julgando aquilo que me foi entregue, e o ato de julgar como o ato de fiscalizar independe de uma punição. Em segundo lugar, Sr. Presidente, com todo respeito, recebemos este relatório oficialmente ontem, após o almoço, e isso me foi confirmado pela assessoria, não só a minha...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Se V.Ex.^a não acessa o SEI, esta Presidência não pode ser responsabilizada. Todos os Deputados, todos, todos receberam. A sua assessoria deve estar falhando. Próximo orador, Deputado Fabio Oliveira.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Secretário, boa tarde. De uma maneira muito rápida e bem técnica, quero fazer três perguntas. A primeira pergunta é considerando o cenário de contração econômica que o senhor apresentou no início. Gostaria de perguntar quais as vantagens do aumento da participação dos empréstimos em moeda estrangeira comparados aos empréstimos em moeda nacional. Continuando nessa linha de raciocínio, o senhor

falou sobre uma estabilidade econômica no Paraná por conta da queda de arrecadação, que o senhor também apresentou aqui. Gostaria de saber: Os encargos financeiros para os empréstimos dolarizados não colocam a economia estadual sob risco, com o aumento da participação de empréstimo externo em relação ao total? Essas seriam as duas primeiras perguntas. A terceira pergunta seria uma continuidade do que o Deputado Maurício Requião colocou em relação à questão da contratação de serviços de terceiros, mas especificamente tanto na pessoa jurídica quanto na pessoa física. De 2022 para 2023 houve um aumento de quase 78% na contratação de pessoas jurídicas e de quase 90% na contratação de pessoas físicas. A pergunta é: A contratação desses serviços foi para suprir qual demanda? A última pergunta, Sr. Secretário, apesar de não fazer parte do assunto que seria a questão da prestação de contas efetivamente, mas queria aproveitar a sua presença aqui na Alep e perguntar a respeito do Funrep. O Funrep foi criado em 2020 e vem sofrendo prorrogações ao longo do tempo, ele vence agora, se não me engano, a última prorrogação, dia 1.º de junho, agora, esta semana. Queria perguntar qual é a previsão dele, se ele vai ser prorrogado de novo. E já queria colocar aqui como uma solicitação minha que fosse avaliada a possibilidade da extinção do mesmo. Obrigado, Secretário.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Obrigado, Deputado, pela pergunta. A disponibilidade de empréstimo se dá pela possibilidade de acessar fontes de empréstimos que sejam incompatíveis com políticas públicas. Os empréstimos dolarizados são obtidos frente a organismos internacionais, praticamente o BID e o Banco Mundial, que fazem parte de programas, de políticas públicas normalmente na área de educação, saúde e eficiência governamental, e tem um componente mínimo de US\$ 50 milhões que veio para um programa chamado Profisco II, que é o sistema de modernização fazendária. O grosso dos empréstimos está associado com políticas públicas de longo prazo. Então, a dolarização desses empréstimos, como se dá em uma natureza temporal bastante elevada, não compromete sobremaneira os encargos. Não é diferente no longo prazo, no horizonte temporal de 10, 15, 20 anos, e não é diferente no empréstimo doméstico. Às vezes o prêmio de risco é um pouquinho mais baixo e às vezes é

até favorável e, como ele tem mecanismos de negociação que são praticamente entre países, então ele pode acessar políticas públicas de forma mais eficiente. Com relação ao Funrep, estamos esperando uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que está analisando a natureza desses fundos e a constitucionalidade. Até o dia 2 de junho vamos ter alguma noção se o fundo que é criado no Brasil inteiro semelhante. O Funrep tem como natureza a questão de fazer frente a ICMS de natureza de crédito presumido, ou seja, é dinheiro na veia. Então, quando imaginamos uma política de revisão de benefício fiscal, acaba sendo muito importante como medida. Então, ele foi idealizado e foi aprovado por esta Assembleia com esse objetivo. Não vou tomar nenhuma decisão com relação à implementação dele ou não, esperando a decisão do Supremo Tribunal Federal para decidir se esta natureza é constitucional ou não. Está respondido?

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Teria a pergunta a respeito da contratação dos terceiros também, terceiros tanto de pessoa jurídica quanto de pessoa física. E a pergunta especificamente é a contratação a respeito desses terceiros, pessoa jurídica e pessoa física, foi para suprir qual demanda dentro da estrutura do Governo do Estado?

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Foi basicamente para atender a demanda do sistema prisional, do sistema da educação e do sistema de saúde, por conta da questão dos investimentos que ocorreram na área de educação e saúde, abertura de novos hospitais, de novas escolas, que demandaram a contratação de serviços terceirizados. Foi isso.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Muito obrigado, Sr. Secretário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo Parlamentar, Deputado Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Secretário. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Evandro, por favor, a pergunta.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Secretário, por dever de consciência, quero aqui fazer uma reparação no seguinte sentido. Reunimo-nos ano passado na Secretaria da Fazenda com a sua equipe e tratamos sobre o tema dos benefícios fiscais e V.Ex.^a abriu ali de maneira muito transparente toda a realidade concernente aos benefícios fiscais. Vimos, ao longo dos últimos anos, o seu esforço de dar transparência a essa questão. Quando falamos 17 bilhões, esse número era apresentado nos anos anteriores como 11 bi, 12 bi. Vossa Excelência, na mudança de metodologia de cálculo, obviamente, esse número foi elevado, o que gerou uma impressão de que houve um aumento da parte da sua condução dos benefícios, e isso de fato não ocorreu e comprovamos isso. Os benefícios fiscais que hoje o Paraná concede são benefícios que remontam há mais de 15 anos, se não estou equivocado, na questão do tempo. E outra questão que acho, sim, que temos que enfrentar o tema dos benefícios fiscais e analisar o retorno que isso tem para sociedade. É absolutamente necessário que este debate seja feito e várias vezes tratamos disso na sua Secretaria e aqui em Plenário. Só relatar que também, no ano passado, o Governo Federal concedeu de benefícios fiscais, de incentivos fiscais em torno de R\$ 367 bilhões e este ano não deve ficar muito diferente desse número, na casa dos R\$ 350 milhões, R\$ 360 bilhões. Caso estiver equivocado minha fonte, V.Ex.^a pode me corrigir, não tem problema nenhum! Então, só dizer que percebemos de sua parte um compromisso de termos mecanismos. Vou usar uma palavra que ficou famosa na Covid: O mecanismo de desmame. Não é? É preciso que possamos mudar esse cenário e não os benefícios serem concedidos *ad aeternum*, como V.Ex.^a também entende que deve ser. Então, essa é uma questão absolutamente necessária que seja feita, e temos que de algum modo inaugurar uma estratégia em relação a este assunto. Então, dito isto, Secretário, nos colocamos à disposição para continuar conversando sobre o tema. Em relação ao tema que é mais recorrente aqui hoje, que é o tema da recomposição da inflação dos servidores, só quero dizer que a estratégia adotada nos últimos anos foi de alterar algumas carreiras. Algumas

carreiras sofreram alteração, algumas carreiras foram atendidas nas demandas que tiveram, mas quero lembrar, Secretário, aí fica aqui o pedido obviamente de ver essa possibilidade de que alguns servidores, especialmente os aposentados, também ficaram para trás nesse processo todo, e tem gente que depois que passou a pagar uma alíquota acabou tendo uma redução também dos seus vencimentos. Então, fica essa fala no sentido de que se pudermos fazer um gesto de acenar de maneira positiva, atendendo alguns pleitos, mesmo que seja de maneira escalonada, seria muito razoável. Então, essa é a minha fala e agradeço aqui a sua apresentação. (Aplausos.)

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: Obrigado, Deputado Evandro. É sempre um prazer ouvi-lo. Convido-o para outra visita à Fazenda, onde vou fazer uma apresentação para o senhor sobre os nossos trabalhos mais recentes de natureza de avaliação econômica sobre os benefícios fiscais, para o seu conhecimento e a sua avaliação. Com relação à sugestão que o senhor acabou de fazer, acredito que temos que estudar e verificar realmente se podemos de alguma forma contemplar os inativos. Tenho uma expectativa de que poderemos estudar o assunto e ter alguma resposta. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein, por favor.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente... (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Peço a compreensão das galerias, para que o Deputado Hussein possa se pronunciar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, Secretário, quero agradecer a presença de V.Ex.^a, saudar os colegas que aqui estão e dizer que é extremamente democrático os movimentos que acontecem aqui. Respeito. Tanto é verdade que todos os colegas que me procuraram para receber comitivas na Liderança do Governo, assim o fiz. Logo mais, vou receber uma comitiva

capitaneada pela Deputada Luciana, porque entendo, Secretário, que o debate temos que aprofundar até o fim, até o fim, não é? E assim o faremos. Ao mesmo tempo, quero parabenizar o grande trabalho que V.Ex.^a faz – inclusive, poucos sabem, mas V.Ex.^a foi cotado para assumir um posto no Governo Federal atual e o senhor declinou, e o senhor tem uma respeitabilidade muito grande pela sua capacidade e competência. E, dentro desse espírito democrático, só quero divergir de um ponto que acho que temos o direito de divergir e sentar para discutir, que é a questão das isenções. Por que temos que discutir, Presidente? Quantos empregos geraram essas empresas? Quantos empregos? Espera um pouco. Não estamos brigando! Não estamos com milhões e milhares de desempregados neste País? Ou o benefício fiscal não tem o condão e o objetivo de gerar mais emprego e renda? Será que essas pessoas não vão gastar no comércio? Será que essas pessoas não vão investir? Então, precisa tomar cuidado para falar sobre isso. Claro, tem que ter critério, tem que ter... Mas, não podemos esquecer, gente, que estamos vivendo em um país de milhões de desempregados, que estamos vivendo em um país que tem milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Ou será que não vamos olhar para essas pessoas? Então é preciso ter essa consciência de que benefício fiscal não é só bruxaria, coisa ruim; tem coisa boa para ser discutida, avaliada e topo fazer esta discussão. Secretário, muito obrigado pela sua presença aqui. E o nosso Governo continua aberto ao debate. Muito obrigado.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Só queria fazer um convite. No dia 16 de junho, o Secretário do Ministério da Fazenda que está conduzindo as discussões sobre a reforma tributária estará aqui nesta Casa, está confirmado, das 8h30 às 10 horas da manhã, para uma Audiência. A Secretaria da Fazenda está convidada, todos os Deputados e Deputadas e a sociedade, obviamente, que quiserem aqui conhecer a proposta da reforma tributária.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JÚNIOR: O Bernard Appy é meu amigo pessoal há 25 anos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Virá a convite da Escola do Legislativo, inclusive. **Neste momento, declaro encerrada a presente Sessão de Audiência Pública.**

Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para o dia de manhã, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 507/2021 e 228/2023; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 279/2023 e 290/2023; 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 56/2020, 340/2023, 373/2023 e 374/2023; e Discussão Única do Veto n.º 5/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h39, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)